

Dificuldades à vista

A idéia de que o Senado é uma espécie de apêndice do Executivo, disposto a acatar todas as suas vontades e caprichos, tem raízes no passado remoto. Desde o Império, quando o mandato dos senadores era vitalício e dependia de indicação do monarca, sedimentou-se essa idéia, fundamentada em dados reais.

A Câmara era o cenário das batalhas, a instância provocativa. O Senado, o local onde se inventariavam perdas e danos, a câmara revisora, a instância reflexiva, que acomodava interesses e diluía o ímpeto dos radicais. Os senadores, independentemente de partido e conflitos doutrinários, eram todos amigos.

Afinal, a condição de vitalícios os obrigava a conviver *ad aeternum* — e o bom senso recomendava que tornassem esse convívio o mais ameno possível.

No curso da República, o quadro não mudou muito, apesar do fim da vitaliciedade. Já na segunda fase do regime militar, em 1977, quando a rebeldia do Congresso parecia fugir ao controle,

o governo Geisel criou, com o *Pacote de Abril*, a figura do senador biônico, eleito indiretamente pelas assembleias legislativas, o que lhe garantiu por oito anos um terço das cadeiras do Senado e sobrevida de mais um longo governo para o regime — o do general Figueiredo, que durou seis anos.

É com base nessa tradição que o governo Fernando Henrique projeta no Senado o resgate dos danos que lhe foram impostos na Câmara, na votação dos destaques da reforma da previdência. Faz sentido, mas não há garantias. O governo fundou sua parceria parlamentar no atendimento a pleitos fisiológicos — e a Câmara, mais numerosa e barulhenta, tem sido privilegiada, segundo queixa dos senadores aliados.

Como é lá que as contestações são mais abertas e explícitas, é lá também que são feitas as melhores ofertas. O Senado tem estado em plano secundário, segundo também protesto dos aliados. O líder do governo, senador Êlcio Alves, reclama da mídia, quan-

do noticia genericamente que o Congresso recebeu benesses fisiológicas. Onde se lê Congresso, que é a união das duas casas legislativas — Câmara e Senado —, diz Alves, deve-ser ler apenas Câmara.

Está claro que o rosário de queixas dos senadores aliados prepara o ambiente reivindicativo que deve preceder as negociações do governo na Casa. É improvável que as coisas ocorram sem turbulências. Convém não esquecer que o primeiro revés do governo, possivelmente o mais danoso, já que foi o ponto de partida para os demais e fez o governo perder o *timing* das reformas, aconteceu no Senado.

Foi o presidente da casa, senador José Sarney, quem negou o pedido de supressão do receso parlamentar de julho do ano passado, que permitiria a Fernando Henrique concluir as principais reformas já no primeiro ano de mandato, ainda sob o embalo triunfante das urnas. O governo pode vencer, porém, mais uma vez, pagará caro.